

NACIONALISMO, NÃO-ALINHAMENTO E ORDEM MUNDIAL

Carlos P. Romulo

*presidente da 4.ª Assembléa Geral da O. N. U.,
e presidente da Universidade das Filipinas*

A idéia mais revolucionária de nossa geração é, penso eu, o nacionalismo. E' revolucionária não somente no modo de mudar as mentes dos homens no que concernem certos aspectos do nosso cotidiano, embora o impacto do nacionalismo o esteja certamente alcançando. O modo por que considerávamos a «realidade» das nações, por exemplo, foi certamente modificado. As entidades geográficas do Oriente e do Ocidente, da Ásia e África, do grupo latino-americano, não mais se apresentam à consciência contemporânea com noções vagas, ambíguas do passado.

O conceito do Oriente, por exemplo, sugere agora um maior complexo de significação além de especiárias, territórios virgens, ou «yogis» em transe nirvânico. Fora este conceito até então indeterminado e generalizado, a consciência contemporânea é agora obrigada a tomar as realidades complexas que estão a ela subordinadas: a realidade, por exemplo, da Índia e seus povos, das Filipinas, Cambódia e Indonésia, da Malásia e Nigéria.

O nacionalismo está também trazendo transformações quase radicais ao reino da vida social contemporânea, nas instituições das várias sociedades da Afro-Ásia, nas suas formas de govêrno e nas estruturas de suas economias. Em certos casos, expande-se até mesmo aos confins dos territórios nacionais.

O que está acontecendo nas sociedades emergentes ou «sub-desenvolvidas» da Afro-Ásia e da América Latina é um complexo de movimentos revolucionários. Os conflitos entre tradição e modernismo que os desenvolvimentos sociais geram nesses países, a tensão entre ortodoxia e os novos hábitos de pensamento que o processo de troca e modernização exige; o ressurgimento do «nativo» no meio de um *status quo* profundamente influenciado e talvez mesmo criado por um regime estrangeiro nos Estados recentemente independentes — tudo isso gera uma

situação revolucionária e constitui uma crise social que se assemelha a uma revolução.

A Índia é a consciência dêste movimento revolucionário. Pois foi a Índia que, nesta revolução, renunciou à violência e, em seu lugar, insistiu em defender a força moral, filosófica e intelectual. No movimento nacionalista de nossos dias, foi o papel exemplar da Índia defender uma força revolucionária essencialmente com o poder da razão e conduta ética e tornar essa ação uma alternativa política convincente no equilíbrio austero da força de nossa época. Foi a Índia que primeiro chamou a atenção para os problemas éticos da política moderna: primeiramente, durante sua luta pelo reconhecimento de sua liberdade pelos britânicos e, depois, ao exigir das potências do Oeste a consideração dos princípios humanos e morais como base de esquemas e ação política.

Realmente foi a Índia, com o exemplo do Mahatma Gandhi e a inteligência de Nehru, que deu ao nacionalismo asiático sua consciência.

* * *

Uma falta de esclarecimento condicionou a atenção política contemporânea para com a posição das nações emergentes da Ásia, África e América Latina. E' tal engano que influencia, a um certo grau, o receio no Oriente de uma Ásia neutra, dos desenvolvimentos sociais não supervisionados nos países do Oriente e na América Latina, e de uma federação regional negligenciada de Estados nacionais do Continente Afro-Asiático. Este erro consiste na leitura da substância contemporânea de palavras ou conceitos tais como «nação» e «nacionalismo» independente de seu contexto histórico, e em relegá-los para o passado, vendo-se em relação ao passado as realidades evidentes apenas na vida contemporânea. O resultado não é apenas história falsa, mas ação política anacrônica.

Penso ter sido Voltaire que se queixava de ser a História escrita durante seu tempo essencialmente sôbre insanidades reais — a crueldade monstruosa e os erros dos monarcas, as intrigas das côrtes e as alianças matrimoniais de príncipes fracos e princesas imponentes e másculas. Ouvimos queixa semelhante, porém expressa em tom menos ácido, contra a maneira de se tratar a História nos tempos modernos. Pois a forma usual era apresentar a crônica das conquistas das grandes forças: o crescimento do império britânico; o domínio britânico na Índia; a «venda» das Filipinas pela Espanha aos Estados Unidos em 1898; a ocupação holandesa da Indonésia; a diplomacia francesa nas colônias asiáticas e africanas, etc. E mesmo após a Segunda Guerra Mundial, a História foi ainda corpo sangrento por assim dizer, sendo arrastado pelas nações e Continentes pelas grandes potências.

Mesmo após o reconhecimento da independência dos Estados ázio-africanos, a História parecia estar ligada aos movimentos das nações poderosas.

Foi como se as rivalidades das grandes forças definissem um leito de Procusto, gigantesco e grotesco e as histórias do resto dos povos do mundo fôsem esticadas e aparadas sem descanso, a fim de convir àquele infernal dispositivo. Ao ler os vários escritos históricos — ou as inúmeras tentativas de escrito histórico — imediatamente após a emergência das nações na Ásia e África ao **status** dos Estados soberanos, chega-se a sentir como se quase os únicos acontecimentos que sucedem no mundo fôsem a infiltração progressiva do comunismo ou da política soviética nas nações pequenas e o problema de contrôlo confrontados pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França.

A história, em resumo, veio arremedar a velha peça de moralidade, sendo as únicas forças ativas no palco o Bem e o Mal ou Deus e Mamom, com a pobre humanidade reduzida ao papel passivo de um peregrino inocente, puro de coração, porém quase estúpido no seu poder diminuto e na incapacidade de assumir um papel ativo na dialética.

O destino das nações, como o destino de todos os homens na velha representação da moralidade — especialmente durante o rigor da Guerra Fria — foi ainda decidido pelas Grandes Forças ou assim aconteceu se se restringiu apenas à leitura da história contemporânea. A divisão ideológica do mundo tendia a apresentar a humanidade de forma abstrata principalmente em termos da oposição entre a democracia e o comunismo; os únicos especializados na dialética eram a União Soviética e o Ocidente.

O nacionalismo contemporâneo chamou a atenção para o facto de os países subdesenvolvidos do mundo terem começado a influenciar a consciência mundial. E foi a Conferência de Bandung que estabeleceu sobre a advertência do Ocidente o fato político, distintamente da realidade geográfica, que eram a Ásia e a África. Salientou ainda que a política sendo representada pelo Ocidente não significaria necessariamente a ideologia e confinamento de uma porção significativa da humanidade. Daí ser possível dizer-se que a conferência de Bandung demonstrou um modo diferente de considerar os problemas humanos e uma forma diferente de formular os princípios da ação política internacional.

Mencionar, porém, a conferência de Bandung é também envolver um outro diferente aspecto do nacionalismo contemporâneo. A idéia de cooperação entre as nações, a necessidade de interdependência nos esquemas econômicos e culturais, o interesse pela paz e segurança universais; tudo isto serviu para salientar os novos fatos da situação internacional, e atraiu a atenção para a necessidade de um conceito vasto e universal da ordem e uma fórmula de lei que poderia se aplicar tanto como um postulado

positivo quanto um instrumento de repressão ao contexto global da política das nações.

A solidariedade da Ásia, África e América Latina neste ponto é um indício da necessidade de que o mundo seja governado por leis universais. A mesma necessidade é sublinhada pela desconfiança entre as forças do Ocidente entre si; a recusa de cada uma delas em tomar as orientações declaradas de uma nação por seu valor frontal e o receio de uma vazante de força nas regiões subdesenvolvidas da Ásia, África, América Latina e Europa. Todas estas mostram a necessidade de uma autoridade que pode restringir os impulsos agressivos das nações hoje poderosas mas inseguras, uma autoridade que legitimamente assegurará a soberania dos países que estão militarmente fracos para reforçar e defender-lhes a liberdade, e assegurar a integridade das nações que estão moralmente sujeitas a valores e princípios que condenam a violência e a força.

Isto cria, para a consciência, certos problemas que requerem atenção, problemas que se impõem como fatores, aos quais não se pode fugir no nosso esforço em perseguir a lógica da História e do nacionalismo contemporâneo. Há, por exemplo, o problema da escolha na ideologia, um problema inteiramente estranho ao conceito de nacionalismo e feito, muitas vezes, para pesar nos países em desenvolvimento como mais um fardo.

A divisão do mundo em dois campos opostos surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Esta divisão não teria sido tão dura não fosse o fato de o comunismo e a democracia se tornarem matéria de compromissos nacionais dos grupos da nação poderosa. Esta oposição, além disso, tornou-se uma fonte de fanatismo e intolerância e ameaçou se tornar totalitária em ambos os extremos. O dogmatismo que o comunismo veio assumir, e as marcas de lealdade que as Grandes Potências da aliança democrática exigiam das colônias antigas — ambos apoiados pela força técnica e científica dos poderes competentes — tornaram o problema de escolha para as nações relativamente menos desenvolvidas obrigatório, e até mesmo lhes influenciaram as decisões na política interna.

Há mesmo, hoje em dia, um grande desequilíbrio na força e *status* dos Estados. Não concordo em chamar a posição dos Estados menores de satélites das Grandes Potências, porém é fato certo que, para o progresso econômico e técnico dos Estados menores, há ainda uma grande confiança nas grandes nações tais como os Estados Unidos, a Rússia, a Grã Bretanha e a França. Os benefícios derivados dessa espécie de relações são, naturalmente, muitos e complementares, mas a situação apresenta uma série de problemas.

Dêstes o maior é o problema de relação entre os Estados menores e as Grandes Potências.

Os problemas começam a se especificar quando a determinação de uma nação menor de usar suas forças independentemente é condicionada pela advertência de uma força superior. O poder de votar e atuar nas organizações internacionais e o direito de interpretar as necessidades nacionais e de formular um curso de ação independente, quando feitos em confronto com o fato da interdependência, tornaram-se reais apenas enquanto um Estado pequeno pôde exercê-los mais ou menos livremente. De modo que os Estados pequenos tornam-se, freqüentemente, apenas objetos passivos de relações internacionais, enquanto os Estados fortes procuram a segurança própria e os próprios interesses. Desta maneira a relação torna-se, em última análise, uma fonte de conflito.

Pode-se, porém, notar que já se tem refletido e tentado métodos práticos para a solução dos problemas.

Talvez possamos mencionar que o modo político agora prevaiente na Ásia que ressurgiu foi precisamente uma reação àquela situação. A idéia de desenvolvimento econômico dentro da própria área baseada na interdependência e um interesse comum pela segurança muito contribuíram para aliviar a tensão que antigamente provinha da situação de «dependência da Grande Potência».

Foi esta uma situação na qual os Estados menores eram conservados, de forma desfavorável, no perpétuo *status* de dependência, após sua libertação ter sido reconhecida e após seu estado de nações soberanas ter sido declarado. E desde que o equilíbrio do poder, a bipolarização da comunidade internacional, estavam nas reclamações competidoras de duas ideologias intimamente identificadas com sistemas econômicos definidos, os Estados menores ficaram inibidos — ou por causa da pressão externa ou vontade própria — de transformar radicalmente suas situações econômicas por causa da consideração de que, assim fazendo, poderiam perturbar o equilíbrio a favor ou contra qualquer dos poderes em luta.

Extensivamente, aquela mudança, em si mesma, tornou-se universalmente resistente à «necessidade» da «Guerra Fria», fazendo regredir o estado do mundo a outra era glacial em que a vida das nações teve de se conservar, para continuar a metáfora, em algum grau de ânimo suspenso. Mesmo as diferenças inerentes de culturas, filosofias, ou credos religiosos das sociedades sofreram reinterpretação nos termos das ideologias opostas.

Foi a posição política e filosófica da Índia que sugeriu uma situação alternada. O plano internacional tendia ao totalitarismo em ambos os extremos, o conflito estava sendo sustentado por si mesmo, e os fatores mais significativos e básicos da ordem e relação mútua tendiam a ser ignorados. Pois, realmente, um conceito mais deliberado de uma comunidade internacional deveria expressar a própria realidade compósita internacional na

qual valores e interesses diversos atuam internamente e se reconciliam. As relações internacionais não se constituem exclusivamente de conflito. A conduta de cooperação e a necessidade de colaboração e ajustes mútuos não são apenas coincidentes à procura do interesse próprio ou cometimento ideológico, ou interação do poder, porém são inerentes à natureza e lógicos às relações interestaduais. As grandes potências chegaram, mesmo, gradualmente a reconhecer a necessidade de consentir na dinâmica do poder e admitir o crescimento espontâneo do bem-estar nacional e o fato da complexidade e diversidade da vida organizada dentro e entre as nações.

O atual ressurgimento do nacionalismo nas áreas, outrora, menos desenvolvidas do Mundo tornou urgente e obrigatória a consideração do fato político de igualdade e soberania das nações. O ressurgimento nacionalista nos tempos atuais, para dizer a verdade, muitíssimo necessitava de uma nova abordagem da questão internacional e dos termos de distribuição de poder, privilégios e obrigações do Estado. Veio, também, constituir um meio possível de equilíbrio mundial e uma força política e moral nova.

Para isso, o nacionalismo contemporâneo desafia a consciência esclarecida de nossos tempos. Pois, embora continue os princípios revolucionários que saturavam o nacionalismo passado, especialmente na Europa, é todavia um desenvolvimento moderno e susceptível de uma filosofia política diferente. Questiona e afirma, declara e nega os valores tradicionais do *status quo* e aponta para novos termos e categorias de encarar a ordem internacional. Num sentido significativo, torna inválida a política do desespero e ceticismo que parece corroer e enervar a consciência política de nossos dias.

Aponta na direção de um diferente e, a pesar de complexo e difícil, revigorante ponto-de-vista internacional.

* * *

Quando a Índia promoveu a questão da não-interferência das nações subdesenvolvidas na política de força do Ocidente e do bloco comunista, o Primeiro Ministro Nehru foi imediatamente denunciado pela imprensa internacional como o «bôbo do comunismo». Pouca atenção se deu à verdade de que a posição do Primeiro Ministro Nehru estivesse dentro da lógica e razão da tradição filosófica da Índia: a afirmação de tolerância ao nível das idéias e ideologia e o cometimento ético à não-violência e libertação de qualquer ação política que viesse gerar violência. Esta foi, na verdade, uma filosofia consistente para a Índia, mas para o Ocidente, a idéia da dialética era tão enraizada em sua consciência filosófica, a noção de resistência por meio da força espiritual mais do que pela demonstração de violência pareceram uma ingenuidade singular e um sinal de inocência política.

Foi, porém, o Ocidente que logo teve de ser enganado, e em tempos bem recentes, é o Ocidente que surge politicamente inocente em suas inconsistências. Pois logo despertou para a verdade que compreendiera o Mundo na rigidez da própria dialética marxista; que compreendiera o Capitalismo e o Comunismo nas categorias incivis de Karl Marx e Lenine. Pois a contradição irreconciliável que Marx viu entre o Capitalismo e o Comunismo logo foi parodiada por Nikita Khrushchev ao convencer os lavradores soviéticos de que deveria competir a União Soviética com a capacidade de produção dos próprios Estados Unidos e usar os métodos do Ocidente na produção de criação. Talvez fôsse isso que se esperava. Uma séria complicação, porém, logo se insinuou na consciência do Mundo ao lermos que Khrushchev admoestara a China Vermelha por se ter esta recusado a renunciar à guerra e tornar os Estados Unidos dispostos a exportar trigo, a fim de minorar a carência de alimento na União Soviética.

Os resultados desses recentes acontecimentos, no entanto, dirigem-se para um aspecto do nacionalismo contemporâneo, que não foi ainda universalmente reconhecido: o de que o nacionalismo contemporâneo é um movimento cultural e político que transcende as bifurcações ortodoxas do Oriente versus o Ocidente, ou da democracia versus o comunismo. E' um movimento revolucionário que desafia tanto o pensamento como a estrutura de nossa própria civilização, a filosofia de nossas relações internacionais e a lógica de nossas ações políticas. Esta é uma importante conclusão que ainda não foi confirmada, mas cuja verdade é inegável: a de que as necessidades do gênero humano vão além das categorias de ideologia e da divisão de cometimentos de nações e exigem-lhes o cumprimento — não com conceitos capitalistas ou socialistas — mas com as coisas que prometem o bem-estar humano, prosperidade humana, com tais necessidades humanas e básicas, como a libertação da fome e do controle do pensamento.

E é isto, exatamente, que se está conseguindo, gradualmente, nos países desenvolvidos. A libertação de camisas de força ideológicas, por assim dizer, da «Guerra Fria», tornou possível a esses países a posse de uma atmosfera intelectual mais livre. O espírito de crítica e livre inquirição começa uma vez mais a prevalecer. O movimento em favor da solidariedade afro-asiática tornou ainda uma vez possível às nações um maior e mais íntimo acesso à cultura mútua. Isso também permitiu o alargamento do cérebro nacional, possibilitando às forças intelectuais e espirituais de uma nação criar um impacto à consciência de outra cultura.

Em nossa era, tornou-se teste de uma sociedade franca poder acomodar as divergências e até mesmo contradições de suas pretensões padronizadas; se se tolera a crítica e o livre inquirido, se se pode, voluntariamente, permitir a discussão desembaraçada de suas condições e metas e permitir sugestões e discussões pa-

cíficas pelas reformas dos grupos étnicos e culturais da minoria. Outrossim, em política, a própria democracia tem de ser julgada na sua capacidade em sustentar pontos-de-vista contrários à doutrina, credo e prática de partidos e programas políticos. A implicação da situação contemporânea, portanto, requer uma transcendência da velha dicotomia das atitudes ideológicas, das alternativas dos pontos-de-vista antiocidentais ou pró-comunistas.

* * *

O impacto do aparecimento de muitos Estados que foram, antigamente, devido à sua situação colonial, excluídos da participação de uma comunidade internacional, acarretará, também, certos acertos e mudanças à concepção do Mundo dos assim chamados Quatro Grandes. Em seguida, também, há a questão sobre a estrutura das próprias Nações Unidas. Na Assembléia Geral, há igualdade de opinião e de voto, mas o estado especial dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança introduz a questão de quão democrática, realmente, é a conceptualização das próprias Nações Unidas. E na emergência do grupo afroasiático, é também interessante inquerir se será possível juntar todos os blocos nas Nações Unidas ou se êsses blocos em oposição transformar-se-ão, inevitavelmente, em alinhamentos políticos baseados numa racionalização de direitos e interesses nacionais desligados da estrutura ideológica ortodoxa. Em última análise, a ordem que sustenta a comunidade internacional emergente não pode deixar de refletir a profunda complexidade e diversidade da sociedade humana total.

Dirão alguns que a idéia de «um mundo só» é uma teoria idealista e que é fútil esperar-se que o mundo das realidades cruéis seja moldado conforme o das aspirações humanas. Muitos homens previdentes e bondosos apontarão para o fracasso da Liga das Nações, e dirão que as Nações Unidas, atualmente, não conseguiram aproximar mais as nações da realidade de «um mundo só». Porém tal reflexão parece operar no contexto de uma determinação mecânica. Não é o idealismo que é perigoso para a comunidade mundial. Muitas vezes o idealismo encerra grave perigo político, tal como quando se recusa a compreender os fatos objetivos da experiência nacional e internacional. Um perigo maior, porém, procede do ponto-de-vista de que, por causa de sua familiaridade com a banalidade e fracassos do passado, repudia completamente a possibilidade do futuro. Várias causas podem ser sugeridas na explicação do fracasso da Liga das Nações, mas quando o quadro é visto na íntegra, a Liga falhou, principalmente, porque foi forçada, pelos que dominavam nas assembléias, a operar como meio de manutenção do *status quo*. Apresenta-se o mesmo perigo atualmente, se o ponto-de-vista acanhado de nações ou indivíduos persistir e predominar na re-

dução das Nações Unidas a nada mais do que um árbitro a perpetuar o *status quo* bipolar da situação internacional.

* * *

Resta o problema de segurança. É óbvio, naturalmente, que a maior parte das disputas sejam submetidas à adjudicação ou arbítrio. Porém, na situação atual, é o estado individual que ainda traz a responsabilidade primária de segurança que, de maneira prática, inclui «interesses nacionais vitais» de várias espécies. Talvez, o agrupamento regional ou continental das nações pudesse envolver sistemas especializados de lei internacional. Por exemplo, um alto nível de cooperação está se desenvolvendo entre as nações da aliança democrática apesar das mudanças ocasionais. O bloco soviético parece também estar experimentando um desenvolvimento algo similar. Entre essas duas entidades opostas parece haver muito menos reciprocidade, mas não se pode negar que haja alguma.

Entre os países do Continente afro-asiático, estão se fazendo progressivamente acordos de cooperação e reciprocidade desde a Conferência de Bandung e baseados no conceito da solidariedade dos povos asiáticos. Essas diferentes integrações traduzem, em termos funcionais e institucionais, a consciência de maior interdependência da segurança e bem-estar e serviriam, se fôsem exercidos com lógica, para o aumento espontâneo de uma ordem federativa universal.

O que se parece obter agora, entretanto, é a noção bem irritante de uma ordem internacional baseada no equilíbrio tradicional da teoria do poder. Isto torna os agrupamentos regionais ou integração continental mais semelhantes a meras agências do desenvolvimento nuclear dos Quatro Grandes do que a base atual de uma ordem internacional federal. Um mecanismo governamental mais uniforme e coesivo para a comunidade internacional tem sido sugerido repetidas vezes, de sorte que a comunidade internacional seja a sociedade de entidades internacionais às quais se ligue o direito internacional.

A história do próprio nacionalismo apresenta um exemplo de que a liberdade e segurança só se completam por um desempenho firme das mesmas e pela luta. A luta, porém, não necessita ser sempre tão devastadora e bárbara como nos séculos de guerra contínua, pois no Século XX é possível conduzi-la num âmbito legal.

NATIONALISM, NON-ALIGNMENT AND WORLD ORDER

In this article the Author considers contemporary nationalism as the most revolutionary idea of our generation. This nationalism is bringing up some almost radical changes in the social life of several Afro-Asiatic societies, in their forms of Government and economical structures.

Mentioning India, during the struggle for the recognition of her freedom by the British, he says that this country was the first to attract attention to the ethnical problems of modern politics.

Examining the Bandoeng Conference, he declares that it showed a different way of facing human problems and a new approach of formulating the principles of her international and political action.

Further on, the Author considers there is a great instability on the strength and status of the states, nor agreeing to naming the position of the smaller states as satellites of the Four Great, but judging the existence of a great confidence on the part of the smaller states towards the great nations (U.S.A., Russia, Great Britain and France) as an evident fact, for their economical and technical progress. But these smaller states are passive objects on international affairs as far the mighty states fight for their safety and interests.

That is why, the Author says, nationalism defies the well-informed conscience of our days, for it questions and states, making null the politics of despair and the scepticism that innervate and rule our days.

NATIONALISME, NON-ALIGNEMENT ET ORDRE MONDIAL

Dans cet article l'auteur considère le nationalisme contemporain l'idée la plus révolutionnaire de notre génération. Ce nationalisme provoque des changements radicaux à la vie sociale des plusieurs sociétés de l'Afrique-Asie dans leurs formes de gouvernement et structures économiques.

En mentionnant l'Inde, pendant la lutte vers la reconnaissance de sa liberté par les Anglais, il dit que ce pays a été le premier à attirer l'attention sur les problèmes ethniques de la politique moderne.

En analysant la Conférence de Bandoeng il affirme qu'elle a démontré une différente manière d'envisager les problèmes humains et une nouvelle modalité de formuler les principes de l'action politique internationale.

Dans la suite, l'auteur considère qu'il y a encore un grand manque d'équilibre dans la force et "status" des Etats, pas mis d'accord en appelant la position des Etats plus petits de satellites des Grandes Puissances constatant comme fait évident l'existence d'une confiance de ces Etats plus petits sur les grandes nations (U.S.A., Russie, Angleterre, France) pour leur progrès économique et technique. Mais ces Etats plus petits sont des objets passifs dans ces affaires internationales, tandis que les Etats plus forts luttent par leur sûreté et leurs intérêts.

C'est pourquoi, dit l'auteur à la fin, le nationalisme défie la conscience bien informée de notre époque, en faisant nulle la politique de désespoir et le scepticisme qui enervent et dominent nos jours.